



O PAPEL DA CIÊNCIA NO DIÁLOGO ENTRE A EUROPA E A CHINA VIA LISBOA E MACAU

E. R. DE ARANTES E OLIVEIRA



FICHA TÉCNICA

TÍTULO

O PAPEL DA CIÊNCIA NO DIÁLOGO ENTRE A EUROPA E A CHINA VIA LISBOA E
MACAU

AUTOR

E. R. ARANTES E OLIVEIRA

EDITOR

ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA

CONCEPÇÃO GRÁFICA

JOÃO MÉNDEZ FERNANDES
SUSANA MARQUES

ISBN

978-972-623-133-2

ORGANIZAÇÃO



ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE LISBOA

ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA

R. Academia das Ciências, 19

1249-122 LISBOA

Telefone: 213219730

Correio Eletrónico: geral@acad-ciencias.pt

Internet: www.acad-ciencias.pt

Copyright © Academia das Ciências de Lisboa (ACL), 2013.

Proibida a reprodução, no todo ou em parte, por qualquer meio, sem autorização do Editor

O PAPEL DA CIÊNCIA NO DIÁLOGO ENTRE A EUROPA E A CHINA VIA LISBOA E MACAU

E. R. de Arantes e Oliveira

Não foi por acaso que, nos séculos XVI e XVII, os contactos entre a Europa e a Ásia Oriental se desenvolveram em simultaneidade com os progressos científicos ocorridos no Ocidente, não só na Mecânica, mas noutras ciências de base matemática, como a Cartografia e a Astronomia. Foram efectivamente esses progressos que viabilizaram um tal desenvolvimento, constituindo um instrumento privilegiado para penetrar nos círculos altamente sofisticados de mandarins e cortesãos susceptíveis de se interessarem pelas novidades provenientes da Europa. Mais precisamente, a Ciência europeia foi o veículo utilizado pelos missionários para abordarem as elites do Império do Meio e, por essa via, tentarem converter a China.

A contribuição essencial de Portugal foi a de fornecer aos actores europeus que intervieram nesses contactos, os meios navais e as rotas marítimas mais seguras, e uma base, no outro lado do Globo, onde os europeus puderam aprender a língua e cultura dos seus interlocutores. Essa base foi Macau.

A Cidade de Macau faz hoje parte do Património Mundial da UNESCO. A justificação dada para a sua inserção nesse Património considerou os seguintes pontos:

- 1- A localização estratégica de Macau no território chinês bem como as relações especiais aí estabelecidas, ao longo de vários séculos, entre as autoridades chinesas e portuguesas favoreceram um importante intercâmbio de valores humanos nos diversos domínios da cultura, ciências, tecnologia, arte e arquitectura.
- 2- Macau representa um testemunho único do primeiro e mais duradouro encontro entre o Ocidente e a China. Do século XVI ao século XX, foi um ponto focal para os comerciantes e missionários, e para os diferentes domínios do saber. O impacto que deste encontro resultou pode ser seguido no núcleo histórico de Macau através da fusão das diferentes culturas que aí deixaram vestígios.
- 3- Macau representa um excelente exemplo de um conjunto arquitectónico que ilustra a evolução do encontro entre as civilizações ocidental e chinesa durante quatro séculos e meio, representadas no roteiro histórico que integra uma série de espaços urbanos e conjuntos arquitectónicos que vão desde o antigo porto chinês à cidade sino-portuguesa.
- 4- Macau está associado com a troca de influências variadas, de ordem cultural, espiritual, científica e técnica, entre as civilizações do Ocidente e da China, que nesta conduziram, directamente, à introdução de mudanças cruciais que puseram um termo aos sistemas feudal e imperial na China, e estabeleceram nesta uma república moderna.

*

O reinado de D. Manuel, o Venturoso, foi o dos grandes feitos militares na Ásia. Durante o século que se seguiu à decisiva vitória de D. Francisco de Almeida sobre os otomanos na batalha naval de Diu (1509), somente os portugueses e quem estes autorizassem passaram a navegar livremente no Índico, isto sobretudo depois de Albuquerque ter conquistado Goa, dotando de uma capital o império português do Oriente, e bloqueado, com as conquistas de Ormuz e Malaca, os acessos mais importantes a um *mare nostrum* muito mais amplo que o do antigo Império Romano.

A conquista de Malaca em 1511 permitiu aos portugueses chegarem nesse mesmo ano ao Sião, em 1513 ao litoral chinês, onde Jorge Álvares fez erguer um padrão, em 1515 a Timor, e em 1517 a Cantão. Ainda em 1517, o Governador-Geral da Índia, Lopo Soares de Albergaria, enviou uma primeira embaixada à China chefiada por Tomé Pires, nascido por volta de 1468, boticário real, autor da *Suma Oriental* que, durante cerca de um século, foi a mais famosa obra sobre a geografia económica da região.

Apesar da experiência de um tal chefe, a expedição começou mal: chegado a Cantão, o embaixador teve a infeliz ideia de salvar a terra com todas as suas bombardas. Não entendendo o significado de uma tal manifestação, os chineses ficaram desde logo aterrorizados. Durante longos meses, Tomé Pires viu-se obrigado a esperar em Cantão a indispensável autorização para ir a Pequim prosternar-se perante o Imperador *Zhengde*. Mas quando, em 1519, uma segunda frota portuguesa aportou a Cantão, já Tomé Pires seguira para a Capital, onde um enviado especial do antigo rei de Malaca invocara a pouco mais do que simbólica suserania da Dinastia *Ming* para criar mau ambiente aos que tinham “roubado” esse reino aos seus antigos senhores. *Zhengde* morreu de pneumonia em 1521 e, imediatamente a seguir, a embaixada recebeu ordem para deixar Pequim e regressar a Cantão onde os seus membros foram massacrados. Subsistem dúvidas sobre o que teria acontecido a Tomé Pires.

*

Interessa comparar as datas da expansão portuguesa com as da castelhana: a viagem de Fernão de Magalhães sob a égide de Carlos V e a consequente descoberta das Filipinas realizou-se em 1519 (já Portugal dominava os mares até aos confins do seu Hemisfério); a conquista do México por *Cortés* deu-se em 1521; a do Peru por *Pizarro* em 1533. Os grandes momentos da expansão espanhola ocorreram pois no período que mediou entre as chegadas dos portugueses respectivamente à China e ao Japão.

Numa obra recentemente publicada, intitulada “*A águia e o dragão. Desmesura europeia e mundialização no século XVI*”, o historiador francês *Serge Gruzinski*¹ lembra a infeliz aventura de Tomé Pires. Observa porém que a expedição deste fora mais que uma embaixada: parece tê-la inspirado um projecto manuelino de fixação e até mesmo de domínio, que deveria assegurar a Portugal o monopólio de um comércio

¹ Serge Gruzinski - *L'Aigle et le Dragon. Démesure Européenne et Mondialisation au XVIème Siècle*, Fayard, 2012.

extremamente proveitoso e constituir uma etapa importante na instauração de um império universal, um verdadeiro plano de conquista apoiado na avançada tecnologia lusitana, concretizada no domínio dos mares e numa artilharia² altamente eficaz, capaz de provocar, pelo terror, a revolta dos camponeses oprimidos pelos mandarins.

Mas o autor vai mais além: lembra que foi por essa altura que *Hernán Cortés* conquistou o México e observa que as sucessivas etapas do empreendimento que este lançou a partir de Cuba apresentam semelhanças com o dos Portugueses a partir de Malaca. Questionando-se sobre essas semelhanças, *Gruzinski* procura entender por que razões as duas expedições conduziram a resultados tão distintos: no Ocidente, à conquista pelos europeus de todo um continente, no Oriente, a um maior isolamento do “Império do Meio”. Analisando os dois empreendimentos, considera que, enquanto a embaixada de Tomé Pires foi promovida por decisão régia e apoiada nas abundantes informações coligidas pelos navegadores e mercadores portugueses instalados em Malaca desde 1511 e frequentadores das costas chinesas a partir de 1513, a expedição de *Cortés* não passou de uma iniciativa pessoal, um *pronunciamiento* que o fez romper a ligação com as autoridades de Cuba, uma “fuga para diante” que o fazia conhecer os territórios invadidos à medida que neles ia penetrando. Paradoxalmente, o empreendimento português, de longe o melhor preparado, foi o que não teve êxito. Porquê?

Não se pode deixar de concordar com a explicação oferecida por *Gruzinski* de que a diferença de resultados se deveu sobretudo à natureza completamente diferente dos dois mundos abordados. Os portugueses confrontaram-se com o *Império do Meio*, uma sociedade mercantil eficientemente burocratizada, servindo-se largamente da escrita e da imprensa, xilo ou tipográfica, rodeada de mares abertos, e em contacto desde há muitos séculos com indús e muçulmanos. *Cortés* deparou-se com o “Império do México” (como, com muito exagero, lhe chamou ao descrever a Carlos V a sua conquista), rodeado de mares praticamente vazios, ignorante da escrita, e constituído por cidades-estados que, ora se aliavam, ora se combatiam. *Gruzinski* afirma que, aos olhos dos Chineses, os Portugueses começaram por parecer perigosos bárbaros, semelhantes a outros bárbaros que desde sempre ameaçavam as fronteiras do Norte. Impunha-se impedir-lhes a entrada num Império que, embora vigiando cuidadosamente os seus limites, não era impermeável ao mundo exterior. Só hoje, tomando em linha de conta os pontos de vista de outros grupos humanos, como os eunucos, as mulheres, as minorias étnicas e religiosas, budistas ou muçulmanas, que dentro dele propunham visões do mundo diferentes da dos mandarins³, começa a fazer-se ideia da prodigiosa diversidade desse império e a pôr de lado a falsa imagem que à classe letrada convinha transmitir. No que se refere aos primeiros contactos com os portugueses, tudo se passou pois como se a China, tendo tido conhecimento do que antes se passara no Atlântico e

² As armas de fogo chinesas eram surpreendentemente atrasadas para uma civilização a que se atribui a invenção da pólvora. Pelo contrário, os canhões portugueses eram armas extremamente potentes. Os chineses chamaram-lhes *fo-lang-qi*, ou máquinas dos *fo-lang*, nome que os chineses deram aos portugueses e que provinha de *farangi*, palavra turca que designava os “francos”, ou seja, os povos cristãos do Ocidente.

³ Leia-se a página 45 da obra já citada de *Gruzinski*.

no Índico, pressentisse desígnios de conquista e controlo económico que levassem os portugueses a estabelecer, ao longo do seu litoral, entrepostos comerciais protegidos por inexpugnáveis praças-fortes.

De facto, o poder lusitano desde sempre se baseara no controlo dos portos mais importantes e num rosário de bases implantadas em locais judiciosamente seleccionados ao longo das costas. O sistema não constituía uma novidade: a rede comercial portuguesa no Índico fora em parte usada por árabes e até pelos chineses. Durante séculos, estes últimos receberam informações sobre a Região, embora só no tempo do grande Almirante *Zheng He* que, não só dispunha de meios materiais incomparavelmente mais poderosos que os dos portugueses, como beneficiava de uma muito mais fácil comunicação com o seu país de origem, tivessem promovido a exploração desta como política de Estado. Mais tarde, seria na vizinhança das bases portuguesas que os britânicos, inspirando-se nesse mesmo modelo, estabeleceriam as suas próprias.

*

Nas suas monumentais “Décadas da Ásia”, publicadas durante o reinado de D. Filipe I, o cronista Diogo do Couto⁴ divide em 5 partes o que comumente se chamava o Estado da Índia, “*conformando-se assim com o mesmo título que dela os reis de Portugal em seu novo descobrimento tomaram: a primeira, **Etiópia**; a segunda, **Arábia**; a terceira, **Pérsia**; a quarta, **Índia**; e a quinta aquela **multidão de ilhas filhas daquele Índico Oceano**”.*

Continuando a citar Diogo de Couto:

“Na **Etiópia** (nome dado à África Oriental), possuíam os reis de Portugal as fortalezas de Çofala no reino de Quetive e, no de Monomotapa, dois fortes (o de S. Marçal no Sena e o de Santiago em Tete), mais de cento e cinquenta léguas pelo grande rio de Cuama acima, e de uma como de outra parte muitos reis vassalos. Correndo a costa adiante, possuíam a fortaleza de Moçambique, a mais importante da costa africana oriental, com todos os reis da costa de Melinda, Quiloa, Mombaça, onde já havia fortaleza, Mopate, Atodo, Sio, Calife, Osa Brava, com todas as ilhas adjacentes àquela costa”.

“Na **Arábia** possuíam ainda os postos de Curiate, Calaiate, com a nova fortaleza de Mascate, uma das chaves do Sino (ou Golfo) Pérsico, e mais Xeques vizinhos de Soar, Corfação e Ormuz, com o celebrado reino e ilha de Baharem, com mais de vinte léguas de costa, em que estão as cidades de Lara e Catifa, governadas por xeques, debaixo da jurisdição do capitão de Ormuz”.

“Na **Pérsia**, possuíam os reis de Portugal o formoso rio Indo”.

⁴ Diogo de Couto, Década X, Livro I, Cap.VII.

“Na Índia, e na sua parte dentro do Ganges, estava a maior parte do seu património: a formosa cidade de Diu e, quase oposta a ela, a muito forte e formosa cidade de Damão, como portas que fecham toda aquela enseada, o golfo de Cambaia, com as tanadarias e fortaleza de jurisdição, que passa de vinte e quatro léguas. Do rio Agaçaim até ao de Bombaim, que serão oito léguas, a famosa cidade de Baçaim⁵ com as tanadarias e fortalezas que são da sua jurisdição que são: Assarim, Manorá, Agaçaim até Bendorá, Taná, Caranjá, com a espantosa ilha de Salsete; a rica e formosa cidade de Chaul; a mui fresca e mui rica ilha de Gôa, cabeça de todo o Estado, com as terras firmes de Bardez e Salsete. E percorrendo para o Sul, na costa do Canará, as fortalezas de Onor, Barcelor e Mangalor; na costa do Malabar, Cananor, Cranganor e Coulão, feira e amparo das naus de Portugal e de todas as partes do Oriente. E voltando-se o Cabo Comorim, toda a costa das Pescarias, em que os padres da Companhia têm trazido ao canal da Igreja Católica mais de sessenta mil almas; e passando adiante, estão as cidades de Negapatão e S. Tomé, com algumas outras povoações ricas e portos; que ainda que não são patrimoniais dos reis de Portugal, são povoadas de seus vassalos, com capitães seus, regidos e governados pelas leis de seus reinos”.

“Na parte da Índia fora do Ganges, possuíam os reis de Portugal a muito celebrada e nomeada cidade de Malaca, trono e cabeça de todo o reino Maluco, escala principal de todas as partes orientais de dentro e fora do Ganges, e famosa pelos dois grandes e cruéis inimigos que de ambas as partes tem, Rajale, Rei de Jor, e o Achem, senhor de toda a ilha de Samatra”.

“Na quinta parte, que é a que fazemos de todas as ilhas de todo o Oceano Oriental, possuíam as ilhas Maldivas cujo reino é cristão, vassalo obediente e que reside na cidade de Cochim; a celebrada ilha de Ceilão, onde está a fortaleza de Columbo, com os reinos de Jafanapatão (que é vassalo) e da Cota e Candea (de que os reinos de Portugal são verdadeiros senhores), e a fortaleza de Manar”.

*“E passando daqui ao Nascente, vai o senhorio de todo aquele arquipélago de Maluco, de cujas ilhas, que são muitas, das principais que pertencem ao reino de Ternate, é El-Rei de Portugal direito e verdadeiro Rei, a ilha e fortaleza de Amboino, e na grande região da China, **Macau**, em que está fundada a melhor e mais próspera coluna que os portugueses têm em todo o Oriente. E finalmente as ilhas de Solor, e outras, em que os padres da Ordem dos Prègadores tem colhido tal fruto de semente evangélica, que por todas semearam, que pela misericórdia de Deus há passante de sessenta mil cristãos.*

*

⁵ Em Bombaim, que passou para a Coroa portuguesa em virtude do Tratado de Bassaim celebrado em 23/XII/1534 com o Sultão de Guzarate, *Bahadur Xá*, preocupado com o crescente poder do *Grão-Mogol*, não havia propriamente uma fortaleza. Pelo referido Tratado, Bassaim e as dependências desta, incluindo as 7 ilhas de Bombaim, passaram para o domínio de Portugal que as cedeu voluntariamente aos ingleses em 1661, incluídas no dote de Dona Catarina de Bragança. Mas os portugueses mantiveram no seu domínio vários lugares da região, entre os quais Salsete e Bassaim que, respectivamente em 1737 e 1739, caíram nas mãos dos *Maratas* que se haviam substituído ao *Grão-Mogol* como potência principal do Indostão.

A política de D. João III, que reinou entre 1521 e 1557, e em cujo reinado, os portugueses, em 1543⁶, chegariam ao Japão, seria totalmente diferente da de D. Manuel, seu pai. Passando uma esponja sobre a humilhação sofrida pela Coroa na pessoa de Tomé Pires, embaixador do seu antecessor, conseguiu em 1557 a autorização do Imperador *Jiajing*, sucessor de *Zhengde*, para que os portugueses se fixassem em Macau. A autorização foi dada a título de recompensa pela intervenção lusa na luta contra os piratas que infestavam as costas da China.

A necessidade de recorrer aos portugueses para se protegerem dos piratas traduz, do lado chinês, uma debilidade tanto mais surpreendente quanto, nas primeiras décadas do século XV, a China dispôs de impressionantes meios navais que, entre 1405 e 1433, permitiram ao Império, com base na experiência adquirida por navegadores actuando por conta própria em escala relativamente reduzida, lançar-se em viagens, não tanto de descoberta, mas de exploração, expansão comercial e afirmação de suserania no Oceano Índico⁷. Na organização e liderança dessas expedições, desempenhou papel essencial o atrás mencionado Almirante *Zheng He*, eunuco, nascido em 1371. É possível que a proeminência de *Zheng He* se devesse, não só aos seus méritos, mas ao facto de ser muçulmano, o que permitia esperar o estabelecimento de fáceis relações com os Estados da orla do Índico, em grande parte sob influência islâmica.

A Dinastia *Ming*, que reinou entre 1368 e 1644, começou por fixar a sua capital em *Nanjing* (Nanquim), que, na época, era talvez a maior cidade do Mundo. O reinado do 3º *Ming*, *Yongle*, que ocupou o trono entre 1402 e 1424, caracterizou-se por grandes projectos, o mais original dos quais foi justamente o da exploração marítima do Índico.

Para a construção das esquadras comandadas por *Zheng He*, foram sacrificadas milhões de árvores das montanhas á volta de *Nanjing*. As frota, baseadas perto da foz do Rio *Yangtze*, compreendiam milhares de juncos, 250 dos quais, os chamados “navios de tesouro”, tinham características impressionantes. Cada um dispunha de carregamentos de arroz e outros alimentos para um ano, bem como de grandes tanques de água doce. Concebidos como armazéns flutuantes, que permitiam transportar e trocar os produtos da China (como as sedas, porcelanas e chá) pelas do Índico, os gigantescos juncos transmitiram às terras longínquas do Sul da Ásia e da África Oriental uma ideia da imensa majestade do *Zhong guo*, “o Império do Meio”. Cada um deles tinha quatro andares, mais de 500 toneladas de peso, 9 mastros, e guarnições de centenas de homens, entre os quais administradores, letrados, intérpretes, médicos, monges, astrólogos, comerciantes, técnicos, e artesãos de todos os tipos. Considere-se que, em várias das 7 expedições de *Zheng He* (todas elas admiravelmente organizadas dos pontos de vista técnico e logístico), participaram entre 40 e 100 desses juncos, e que, nalgumas delas, *Zheng He* chegou a comandar mais de 30 mil homens.

⁶ Data surpreendentemente tardia, se se considerar que Malaca foi conquistada em 1511.

⁷ As vantagens comerciais para os Estados que aceitassem a suserania da China constituíam uma verdadeira compra de vassalagem que tornava dispensável a conquista.

Nas suas primeiras viagens, *Zheng He* passou o Estreito de Malaca e chegou ao Ceilão e às costas indianas de Malabar e Coromandel, atingindo Cochim e *Calicut*, na Costa de Malabar. Lembremo-nos que *Calicut* foi o porto a que, décadas mais tarde, aportaria a pequena frota de Vasco da Gama, que assim fazendo, transformou o Mundo. Os chineses consideravam *Calicut* o mais importante empório “do Ocidente” (Vasco da Gama, diria “do Oriente”...). As viagens seguintes levaram os chineses à Indonésia e, para além da Índia, à Arábia (*Ormuz* e *Aden*) e à África, nomeadamente a *Melinde*, de que esperavam vir a desempenhar papel comparável ao de *Calicut*. É possível, mas não certo, que tivessem chegado a Moçambique e tocado em *Madagascar*⁸.

Foi em *Calicut* que, em Março de 1433, quando a sua última grande frota aí se concentrava para regressar à China, *Zheng He* morreu. Em *Calicut* iniciou pois a sua última viagem para *Nanjing*, onde ficou sepultado.

Mas *Nanjing* já não era a capital. Entre 1406 e 1421, *Yongle* fizera construir em *Beijing*, (Pequim), ex-capital da dinastia mongol dos *Yuan*, antecessores dos *Ming*, instalações adequadas para uma nova sede do Império, ainda hoje conhecida sob a designação de “Cidade Proibida”. Para lá transferiu a corte em 1421. Uma tal transferência, a mobilização de meios a que *Yongle* teve que recorrer para se opor aos mongóis que de novo ameaçavam a China, incluindo as 5 expedições militares enviadas para além da “Grande Muralha”, a reabilitação desta última (em que a China continuava ingenuamente a confiar como meio eficaz de defesa), tornaram impossível continuar as expedições navais. Estas foram pois consideradas megalómanas pelos sucessores de *Yongle*, e a grande frota de madeira foi deixada a apodrecer em *Nanjing*. A partir de 1436, foi proibida a construção de navios de alto bordo, a memória do projecto foi deliberadamente apagada, e o isolacionismo tornou-se característico da política externa do Império. Ao contrário de Vasco da Gama, *Zheng He não mudou o Mundo*.

Como a comunicação entre o Sul e o Norte da China passou a fazer-se pelo “Grande Canal”, cuja reabilitação constituiu outro grande projecto, a defesa do litoral foi negligenciada. Daí que, poucas décadas mais tarde, para se defenderem dos piratas, as autoridades chinesas tivessem que recorrer aos portugueses, dotados de meios muito menos espectaculares que os de *Zheng He*, mas mais apropriados para o efeito.

*

Entenda-se que, além de pretender salvaguardar e expandir o Império atrás descrito, D. João III tomou sobre si uma exaltante tarefa para a qual não havia antecedentes: a de organizar a Cristandade no Hemisfério Oriental. Assim, uma das políticas mais positivas do Rei foi a de cumprir zelosamente os deveres associados ao Padroado do Oriente que, pelo Tratado de Tordesilhas (1493), fora implicitamente confiado a

⁸ Há cerca de 10 anos, divulgou-se o mito de que *Zheng He* teria dobrado o Cabo da Boa Esperança e explorado o Oceano Atlântico, chegando nomeadamente à América. Mas como seria isso possível, se o regime dos ventos e correntes no Atlântico, desconhecido dos Chineses, é muito mais complexo que o do Índico? Não se esqueça que os portugueses consagraram quase 80 anos a estudar metodicamente o Atlântico, antes de conseguirem dobrar o Cabo da Boa Esperança.

Portugal. Melhor do que qualquer dos seus antecessores, entendeu que a fundação e expansão do Império lusitano, inspirada, tal como a do próprio Reino, pelo espírito medieval das Cruzadas, devia basear-se, não tanto na capacidade militar, audácia e brutalidade dos guerreiros, mas na coragem, ciência, cultura e caridade dos missionários⁹.

A política do novo Rei escandalizou os castelhanos das Filipinas. Em 1583, religiosos como o Bispo *Domingo de Salazar*¹⁰ e o jesuíta *Alonso Sánchez*, ambos fixados em Manila e empenhados em convencer Filipe II a conquistar a China, consideravam os portugueses responsáveis pelo despertar do gigante chinês. Segundo eles, “os portugueses tinham feito mais mal à Cristandade que qualquer outro povo, já que tinham ensinado aos gentios o manejo das armas e as artes da guerra, introduzindo na região armas de fogo mais potentes que as que antes lá existiam; os próprios portugueses confessavam, diziam eles, que, enquanto no princípio lhes bastava um só navio para derrotar 60 ou 70 dos pagãos, agora, até mesmo em combates singulares, os seus inimigos se defendiam tão bem que frequentemente tomavam a iniciativa de os atacar, e os venciam”. A exortação era óbvia: “passemos ao ataque enquanto for tempo, isto é, enquanto a China permanecer adormecida”. A História não deu razão a um tal receio. O colapso dos impérios ibéricos na Ásia deveu-se a outros motivos. E os missionários puderam escrever, no Índico, no Japão e na China, algumas das páginas mais gloriosas da História da Humanidade.

Embora grande parte desses missionários fossem portugueses, muitos não o eram. Todos actuavam porém no âmbito do Padroado e deixaram no Oriente, nomeadamente no Japão e na China, uma recordação que perdurou até aos nossos dias. Mas é necessário compreender que os padres nem sempre podiam contar com a protecção e a capacidade de organização da Coroa portuguesa. Especialmente no Japão e na China, o Estado português pouco mais podia fazer que intervir por via da diplomacia, de que as embaixadas especiais foram uma das formas, e do controlo das rotas marítimas.

Consciente da necessidade de otimizar o uso dos seus limitados recursos na consecução de tarefa tão ambiciosa, Portugal desempenhou-se admiravelmente das suas obrigações. Ao estabelecimento de praças-fortes e de entrepostos comerciais seguia-se a instituição de missões e dioceses. Logo após os conquistadores e os mercadores, chegavam pois, impreterivelmente, os missionários.

Após a já mencionada vitória de 1509, alcançada por D. Francisco de Almeida sobre os otomanos, junto a Diu, somente os portugueses e quem estes deixassem, passaram a poder navegar livremente no Índico. Assim, só aos missionários autorizados pela Coroa portuguesa era permitido viajar para o Oriente. E, mesmo depois de o monopólio

⁹ A acção de D. João III não se limitou à promoção do diálogo euro-asiático. Ao trocar o domínio de algumas das praças-fortes marroquinas pela colonização e evangelização (também, em grande parte, confiada aos jesuítas) do Brasil, tornou-se o grande reformador do Império lusitano, conseguindo o milagre de o preparar para se manter coeso após os 60 anos do domínio filipino.

¹⁰ Carta de *Domingo de Salazar* a Filipe II mencionada em nota de pé de página por *Serge Gruzinski*, na p. 383 da sua obra atrás citada.

comercial português ter passado a ser disputado por Estados não-católicos, como a Holanda e a Inglaterra, Portugal continuou a reclamar teimosamente, contra eles, os seus direitos de padroado. Quanto mais o poder militar português declinava, mais a Coroa lusitana, ciosa dos seus direitos históricos, corajosamente se confrontava com monarcas europeus tão poderosos como Luís XIV.

Em virtude do Tratado de Tordesilhas, os missionários espanhóis, com raríssimas exceções, das quais a mais conhecida foi a de S. Francisco Xavier oriundo de Navarra, eram rigidamente excluídos, isto mesmo entre 1580 e 1640, período em que as coroas ibéricas estiveram unidas e os reis de Espanha o eram também de Portugal. Os próprios franceses se tornaram malquistos, desde que recusaram reconhecer os direitos de Portugal. Entre os estrangeiros, só missionários oriundos dos Estados pontifícios e dos estados italianos destes dependentes, bem como da Bélgica, Suíça, Renânia, Baviera, Boémia e Áustria, eram aceites pelos portugueses.

Independentemente da sua origem, os missionários que seguiam para o Oriente tinham de aceitar ser enquadrados pelo Padroado e deixar a Europa por Lisboa, munidos de passaporte português. E em Portugal, recebiam um suplemento de formação que incluía a aprendizagem da língua portuguesa, da qual se serviam para escrever grande parte das suas cartas e relatórios.

*

A Sociedade ou Companhia de Jesus, fundada em 1540 pelo Basco Inácio de Loyola, cedo foi olhada por D. João III como o instrumento ideal da sua política relativamente ao Padroado. Logo em 1542 doou à Companhia uma casa em Lisboa que foi a primeira que os jesuítas possuíram no Mundo. Foi uma das primeiras provas da atenção que a Ordem recebeu da sua parte. Muitas outras se sucederam. Nunca esquecendo o que lhe ficou devendo, a Ordem considerou sempre a Coroa portuguesa, e os seus desígnios evangelizadores, dignos de serem zelosamente servidos.

Entendeu D. João III ser essencial investir no estabelecimento das infra-estruturas culturais e científicas de que o Reino tinha necessidade para promover o diálogo entre a Europa e as grandes civilizações da Ásia Oriental. Como homem da Alta Renascença, o Rei considerou esse diálogo, ao mesmo tempo religioso, cultural e científico, o resultado mais nobre que podia esperar-se dos esforços esgotantes desenvolvidos pela Nação na sua expansão para além dos mares.

Começou por conceder bolsas para estudos no estrangeiro. Seguiu-se em 1537 a reforma da Universidade de Coimbra e a criação do Colégio das Artes, também em Coimbra, confiado em 1555 aos jesuítas. Em Lisboa, fundou o ainda mais importante Colégio de Santo Antão¹¹ que, instalado pela Companhia de Jesus em 1553 no edifício que é hoje o do Hospital de S. José, foi por ela dirigido até 1759, ano em que os jesuítas

¹¹ Leitão, Henrique - *"A Ciência na Aula da Esfera no Colégio de Santo Antão, 1590-1759"*, Comissariado Geral das comemorações do V Centenário de S. Francisco Xavier, Lisboa, 2007.

foram expulsos de Portugal. Durante mais de dois séculos, Santo Antão foi pois a mais importante instituição científica e tecnológica do País.

A Matemática tinha dificuldade em impor-se relativamente à Filosofia. Da pouca estima pelas ciências matemáticas em muitos colégios europeus se queixaria o flamengo *Ferdinand Verbiest*, talvez o cientificamente mais preparado de todos os missionários jesuítas na China¹², o qual, em 1678, antes de voltar a Lisboa para embarcar para o Oriente, ensinou matemática no Colégio das Artes de Coimbra.

Observe-se que já na Antiguidade a ciência aristotélica se opusera à geometria euclidiana¹³. No século XVI, a polémica renasceu com a discussão sobre o estatuto epistemológico das ciências matemáticas. Segundo Machado Mota, “*foram os jesuítas os responsáveis pela divulgação do debate em Portugal no final do século XVI, embora já houvesse uma discussão genérica e não sistemática sobre o estatuto científico da Matemática no meio universitário português*”. Segundo o mesmo autor, “*o debate teve grande difusão no nosso país e esteve presente nas mais reputadas estruturas locais de ensino jesuíta, como o Colégio das Artes, a Universidade de Évora ou ainda a “Aula da Esfera”, do Colégio de Santo Antão (em Lisboa). Esta última teve uma importância particular na construção do debate português, porque criou o único núcleo de matemáticos que contrariaram a argumentação anti-matemática provinda dos professores de filosofia*”.

Santo Antão tornou-se especialmente famoso por essa “Aula da Esfera”, na qual se formaram milhares de estudantes, em ciências como a matemática, a geometria aplicada, a mecânica, a astronomia, a cosmografia, a instrumentação científica, a teoria das máquinas, e as técnicas associadas à arquitectura e até à engenharia militar. Os seus cursos eram seguidos, não só por religiosos, mas também por leigos. Nenhuma outra instituição científica ou tecnológica sediada em Portugal teve carácter internacional comparável: basta dizer que eram estrangeiros muitos dos estudantes e um terço dos professores, através dos quais Santo Antão recebeu a influência dos mais importantes Colégios jesuítas da Europa, nomeadamente do Colégio Romano, onde pontificava o famoso *Clavius*, o inventor do “Calendário Gregoriano” que seria adoptado pelos próprios protestantes. Através de Santo Antão, muitas inovações científicas, nomeadamente as teses de Galileu, entraram em Portugal pouco depois de serem publicadas¹⁴. Para a formação dos missionários não se poupavam esforços: a própria longa viagem de Lisboa para o Oriente era organizada de modo a que, durante ela, os jesuítas pudessem continuar a sua formação científica.

*

¹² Golvers, Noël - *Ferdinand Verbiest, S.J. (1623-1688) and the Chinese Heaven*, Leuven Univ. Press, Lovaina, 2003.

¹³ Machado Mota, Bernardo - “*O estatuto da Matemática em Portugal nos séculos XVI e XVII*”, tese orientada pelo Académico Henrique Leitão e editada pela Fundação Calouste Gulbenkian e pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, Lisboa, Fev. de 2011.

¹⁴ Leitão, Henrique - “*A Ciência na Aula da Esfera no Colégio de Santo Antão, 1590-1759*”, Comissariado Geral das comemorações do V Centenário de S. Francisco Xavier, Lisboa, 2007.

Portugal teria outro notável monarca na pessoa do primeiro da Dinastia dos *Áustrias*, D. Filipe I. O que na política deste se tornou altamente pernicioso foi ter arrastado o País para as guerras contra a Holanda e a Inglaterra que, não sendo de Portugal mas da Espanha, se revelaram para nós altamente prejudiciais. O prejuízo que sofremos não se deveu somente à destruição de uma boa parte da Armada portuguesa na guerra contra os Ingleses, mas também ao facto de Filipe, esquecendo a tradição diplomática do seu novo reino, vedar aos navios das potências protestantes o acesso aos portos portugueses. Antes, ingleses e holandeses vinham a Lisboa para aqui adquirirem os produtos do Oriente. Uma vez impedidos de o fazerem, serviram-se de informações que detinham através dos seus espiões¹⁵ para passarem a navegar para os portos asiáticos de origem. Assim perdeu Portugal o monopólio que o Tratado de Tordesilhas só podia garantir-lhe relativamente aos países católicos.

O desenvolvimento científico iniciado por D. João III não foi no entanto afectado pela mudança dinástica. Assinale-se que a actual “Real Academia das Ciências Exactas, Físicas e Naturais de Espanha” tem a sua origem na “Real Academia das Matemáticas de Madrid” fundada em 1582 por Filipe II de Espanha, (o nosso D. Filipe I), a partir do ambiente criado pela convivência entre destacados artilheiros e engenheiros militares, e os cosmógrafos e engenheiros civis ao serviço do monarca. A referida Academia foi inclusivamente fundada por decreto assinado, não em Madrid, mas em Lisboa, durante o período de quase dois anos em que, depois de jurado Rei de Portugal nas Cortes de Tomar, Filipe permaneceu no seu novo Reino. Revelando-se um soberano inteligente e moderno (no que contrastou com os Filipes que lhe sucederam¹⁶), procurou pois desenvolver as sinergias entre os patrimónios científicos dos dois reinos ibéricos, tirando partido do que, em vez de lhe ser comunicado por espiões, passou a chegar-lhe da fonte limpa dos seus súbditos portugueses.

Era tal o entusiasmo de Filipe II pelo seu novo reino que, depois da incorporação de Portugal na *Monarquia Hispânica*, considerou, influenciado pelo seu Primeiro-Ministro Cardeal *Antoine Granvelle*¹⁷ a hipótese de estabelecer a capital em Lisboa. Optou por continuar em Madrid, que fora capital desde 1561. E pode dizer-se que a tal opção deveu Portugal, a mais longo prazo, a sua independência.

Não é de estranhar que alguns cientistas portugueses tivessem estado na origem da Academia espanhola. No seu artigo *Matemáticas y Academias en el Madrid de los Austrias*¹⁸, o reputado historiador da Ciência Hispânica *Mariano Esteban Piñeiro* afirma: “O reconhecimento de Filipe II como soberano de Portugal, em Abril de 1581, melhorou sensivelmente as expectativas económicas do monarca e proporcionou-lhe o

¹⁵ O mais famoso desses espiões foi o protestante holandês, *Jan Huyghen van Linschoten* (1563-1611), mercador, viajante e historiador. Estabelecido durante anos em Goa e Lisboa, conseguiu copiar mapas portugueses altamente secretos que permitiram às Companhias das Índias Orientais holandesa e inglesa navegarem nos mares orientais, assim quebrando o monopólio português.

¹⁶ Os historiadores espanhóis distinguem entre os grandes *Áustrias* (Carlos I e Filipe II) e os pequenos *Áustrias*, que foram os que sucederam aos primeiros.

¹⁸ Integrado na colectânea “*Matemáticos Madrileños*”, compilada por *Mª del Carmen Escribano Ródenas*, Anaya editor, 2000.

professorado competente e fiável de que necessitava. A estadia do Rei em Lisboa e, consequentemente, a do seu Aposentador-Mor, Juan de Herrera (o arquitecto do Escorial), foi decisiva. O contacto com os cosmógrafos portugueses (súbditos e, portanto, já não estrangeiros), e o conhecimento directo das actividades da “Academia de Cosmografia”¹⁹ lisboeta tiveram decisiva influência na decisão do Rei de criar em Madrid uma instituição similar”. Acrescente-se que o notável matemático português João Baptista de Lavanha foi levado para Madrid pelo Rei, que lhe atribuiu honorários excepcionalmente elevados.

Em 1630, todo o património, rendas e instrumentos dessa “Academia das Matemáticas” seria integrado no “Colégio Imperial de Madrid”, dirigido pelos jesuítas, que se tornou uma instituição comparável ao “Colégio de Santo Antão de Lisboa”, com a diferença de que este fora fundado 80 anos antes.

*

A saga dos jesuítas no Extremo Oriente teve início no Japão.

A existência do Japão era conhecida dos europeus desde os tempos de Marco Polo. Mas só em 1543 alguns portugueses, trazendo as primeiras armas de fogo europeias, desembarcaram na Ilha de *Tanegashima*²⁰. No ano seguinte, passaram a navegar para os portos de *Satsuma* e *Bungo*, na Ilha de *Kyushu*. Em 1547, já havia japoneses em Malaca e, em 1548, em Goa. Os contactos entre portugueses e japoneses começaram pois antes de 1550. O estabelecimento dos portugueses em Macau levou porém a uma modificação qualitativa que ultrapassou o que seria de esperar: os comerciantes portugueses tornaram-se intermediários praticamente únicos entre a China e o Japão.

A posição dos portugueses como intermediários foi facilitada por três factores. Primeiro, pelas devastações causadas pelos piratas japoneses na costa chinesa, que levaram os *Ming* a proibir todo e qualquer intercâmbio entre os seus súbditos e os japoneses. Segundo, pela descoberta e exploração de novas minas de prata no Japão, que permitiram aos negociantes portugueses actuarem como *brokers* nas trocas da prata japonesa pelo ouro chinês. Terceiro, e apesar de o Japão ser um produtor de seda, o facto de os japoneses preferirem a seda chinesa à japonesa, porque esta era de qualidade inferior²¹.

Devido a tremendas guerras civis, o Império do Sol Nascente caíra num estado de anarquia. A sua reunificação no século XVI deveu-se a três homens notáveis: *Oda Nobunaga*, *Toytomo Hideyoshi* e *Yasu Tokugawa*. Um após outro, estes homens tiraram vantagem das armas de fogo europeias, trazidas pelos portugueses, e só conhecidas pois no Japão desde que os portugueses chegaram a *Tanegashima*. Usaram-nas contra os senhores feudais cujos interesses individuais fomentavam a desordem no país. A indústria de armas de fogo desenvolveu-se muito rapidamente e a sua produção

¹⁹ Não havendo em Lisboa nenhuma instituição com este nome, crê-se que se tratava do Colégio de Santo Antão.

²⁰ Há quem pense que Fernão Mendes Pinto estava entre esses.

²¹ Trata-se de um aspecto aparentemente secundário cuja importância só poderá avaliar quem alguma vez experimentou o calor húmido do Extremo-Oriente.

tornou-se a primeira grande indústria japonesa. Foi este um passo essencial para o desenvolvimento da região do *Kansai*, centrada em *Osaka*, ainda hoje uma das mais industrializadas do país. Em fins do século XVI, havia mais armas de fogo no Japão que em qualquer país europeu.

Foi em Malaca que o jesuíta Francisco Xavier encontrou japoneses pela primeira vez. Impressionaram-no tão profundamente que concebeu o projecto de converter o Japão ao cristianismo. E porque nenhum navio português ousava transportá-lo até às ilhas japonesas, fez a viagem, juntamente com alguns companheiros, no juncos de um pirata chinês. Pôde assim chegar ao Japão a 15 de Agosto de 1549. Em Janeiro de 1551, ele e os seus foram os primeiros europeus que visitaram a grande cidade de *Kyoto*. E nesse mesmo ano fixou-se em *Yamagushi* (na Ilha de *Kyushu*).

As dificuldades que sofreu foram maiores do que esperava. Tendo porém notado que o Japão fora sempre receptivo às inovações culturais provenientes da China, concebeu a audaciosa estratégia de começar por converter o Império chinês. Acreditava que, uma vez este cristianizado, o Japão logo o seguiria. Deixou pois o Japão em Novembro e voltou a Goa. Aí convenceu o vice-rei a enviar uma primeira embaixada a *Kyoto*, em 1554. Tentou depois entrar na China, mas não teve êxito: morreu em “Sanchoão”, uma pequena ilha perto de Macau, olhando o misterioso continente chinês “como Moisés a Terra Prometida”.

Os jesuítas que tinham ficado no Japão deixaram *Yamagushi* em 1556 e fixaram-se em *Funai* (a actual *Oita*, também em *Kyushu*). Nesta cidade, um abastado jovem chamado Luís de Almeida, que viera ao Japão como cirurgião, ofereceu-se para servir a Companhia de Jesus. Tornar-se-ia famoso como fundador do primeiro hospital europeu no Japão e introdutor da medicina europeia.

Entretanto, o processo de reunificação do Japão prosseguia. Tendo conquistado *Kyoto* em 1568, *Nobunaga* concedeu em 1569 a primeira audiência aos jesuítas que profundamente o impressionaram. Em 1571, autorizou os negociantes portugueses a trazer os seus navios até *Nagasaki*, naquele tempo uma obscura aldeia piscatória. Mercê dos contactos com os europeus, a aldeia desenvolveu-se rapidamente, tornando-se o porto de chegada e partida do grande navio negro que todos os anos vinha de Macau. A imagem desse navio permanece nos biombos *Namban*.

A *Nobunaga* sucedeu *Hideyoshi* que começou por se mostrar amigo dos europeus. Implantou na sua corte a moda de usar trajes portugueses e, embora nunca se tivesse tornado católico, costumava trazer nas mãos um rosário. Foi porém ele que, em 1587, publicou um primeiro decreto antiportuguês, que não teve consequências verdadeiramente importantes, a não ser a de que *Nagasaki*, que o *daymio* local tinha doado aos jesuítas, passou a depender do poder central.

Em fins do século XVI, os cristãos japoneses eram já cerca de 300 mil, sobretudo oriundos de *Kyushu*, número impressionante, mas muito pequeno numa população total

de 20 milhões (maior que a de qualquer país da Europa). Era porém revelador do êxito obtido pelos jesuítas: um dos maiores de sempre em termos de missionação.

Em 1591, o vice-rei da Índia decidiu enviar a *Hideyoshi* uma segunda embaixada que, não só ainda mais impressionou os japoneses, como constituiu um grande êxito em termos diplomáticos. A situação geral dos cristãos melhorou bastante e foi autorizada a impressão de um primeiro livro, por sinal em língua portuguesa.

Hideyoshi morreu em 1598 e o seu sucessor foi *Tokugawa Yeasu*, a quem o imperador concedeu os poderes e o título de *xógum* que *Hideyoshi*, por causa das suas humildes origens, nunca pudera usar. *Yesasu*, o primeiro *xógum* da dinastia dos *Tokugawa*, instalou a sua capital em *Eddo*, hoje *Tokyo*.

Foi depois da morte de *Yesasu*, ocorrida em 1616, que a política anticristã foi retomada. Campeões da unificação do Japão, os *Tokugawa* temiam que a fidelidade ao Papa dos católicos japoneses pusesse em causa a unidade do Estado, tão dificilmente conseguida. Assim, em 1639, as relações com as autoridades portuguesas foram cortadas e os embaixadores enviados de Macau no ano seguinte foram presos e executados. Já depois da Restauração, a solene embaixada enviada por D. João IV em 1644 para informar oficialmente o *Xógum* de que os dois reinos ibéricos se tinham separado um do outro, e de que uma nova dinastia reinava em Portugal, não foi sequer autorizada a desembarcar. Seguiu-se uma perseguição anticristã que pode considerar-se a mais violenta de toda a História do Cristianismo.

Chegara pois ao fim o chamado “século cristão” da História do Japão.

Dois escritores portugueses desse período merecem ser mencionados. O primeiro, Luís de Froes (1532-1597), fixou-se no Japão em 1562. O grande *Valigniano*, que veio ao Japão como visitador da Companhia, deu-lhe a tarefa de escrever uma “História do Japão”. Froes apresentou-lhe 5 grossos volumes que não foram grandemente apreciados: *Valigniano* esperava uma história sintética para instrução dos missionários. Froes presenteou-o com um dos mais completos tratados jamais escritos sobre niponologia. O segundo, João Rodrigues (1558-1633), conhecido por *Tsuzu* (“o intérprete”) por ter sido o intérprete preferido de *Nobunaga* e de *Hideyoshi*, publicou em 1603 o primeiro dicionário japonês-português. Foi também autor de tratados sobre gramática japonesa, história, poesia e protocolo (aspecto essencial da cultura japonesa). Deve-se ao historiador americano *Michael Cooper* uma sua biografia²².

Até à “era”²³ *Meiji*” (meados do século XIX), o Japão tornou-se, ainda mais que a China, um país isolado. Os holandeses eram os únicos europeus autorizados a desembarcarem, não propriamente no Japão, mas em *Deshima*, uma ilha artificial construída para o efeito no porto de *Nagasaki*. Dessa maneira, os japoneses podiam tomar conhecimento de algumas das inovações científicas e tecnológicas que ocorriam na Europa. Num entanto, num artigo intitulado “*Early cultivators of Science in Japan*”, com que

²² Michael Cooper, “*Rodrigues the interpreter: an early Jesuit in Japan and China*”.

²³ No Japão, as “eras” correspondem aos reinados dos imperadores.

contribuiu para um número da Revista *Science* dedicado à história da Ciência japonesa, o actual Imperador Akihito²⁴ apontou “a grande influência da contribuição portuguesa para a ciência e tecnologia japonesas”.

*

Reconhecendo o seu “falhanço” no Japão (“falhanço” no plano meramente terreno, já que, no espiritual, os jesuítas foram extremamente bem sucedidos, deixando marcas que ainda hoje persistem), os missionários do Padroado voltaram-se para a China onde S. Francisco Xavier tanto desejava entrar sem nunca o conseguir.

Os primeiros jesuítas chegaram a Macau em 1556 e começaram por prègar na região à volta da cidade. Em 1576, retomaram o audacioso projecto de Xavier de evangelizar globalmente o Império chinês. Mas, para tal, seria indispensável aprender a língua. O jesuíta italiano *Michele Ruggieri*, de Salerno, chegado em 1579, dedicou-se tão intensamente a essa aprendizagem que, em pouco mais de dois anos, conseguiu o que os chineses consideravam impossível para um estrangeiro: memorizar cerca de 12 mil caracteres e conhecer em pormenor os ritos chineses. Por essa altura, chegou a Macau, procedente de Lisboa e Goa, um outro italiano, *Matteo Ricci*, originário dos Estados Pontifícios, que começou imediatamente a estudar a língua e a traduzir os clássicos. Deve-se-lhe o primeiro dicionário português-chinês.

É importante observar que os livros abundavam na China²⁵. Segundo Duarte de Sande²⁶, “desde a mais tenra idade as crianças andavam com livros nas mãos”. Não eram livros do tipo dos que se divulgaram na Europa depois das inovações de *Guttenberg*, mas sobretudo obras impressas por técnicas xilográficas, utilizadas no Oriente havia muitos séculos. Devido a estas técnicas, a China dos finais do século XVI era um verdadeiro mundo de livros. Tipografias imperiais imprimiam livros, sobretudo destinados a abastecer a densa rede de bibliotecas que desde finais do século XIV se tinham espalhado por todo o Império, associadas a escolas existentes nas localidades minimamente importantes. Não foi difícil aos religiosos europeus compreenderem que, para divulgarem a doutrina, deviam fazer uso de livros impressos. *Ricci* e, por sua influência, os outros jesuítas, entenderam a importância de imitarem os chineses na produção sistemática de um vasto património escrito. As inovações introduzidas por *Guttenberg* na Europa, nomeadamente os tipos móveis, de chumbo fundido, mais duradouros e resistentes que os de madeira e com a vantagem de serem reutilizáveis, não fizeram mais que facilitar essa estratégia.

Os religiosos da Companhia, que, no Japão, tinham notado a influência social dos monges budistas (*bonzos*), começaram por adoptar na China esse paradigma. No fim de dez anos, concluíram porém que não era o mais conveniente. Os *bonzos* ocupavam de facto, na sociedade chinesa, uma posição social relativamente secundária e qualquer

²⁴ Akihito, “*Early Cultivators of Science in Japan*”, *Science*, 258 (1992) 578-580.

²⁵ Loureiro, Rui Manuel, “*Na companhia dos livros manuscritos e impressos nas missões jesuítas da Ásia Oriental, 1540-1620*”, Universidade de Macau, 2007.

²⁶ Duarte de Sande, “*Diálogo sobre a Missão*”, p. 335.

assimilação a eles teria repercussões negativas no seu projecto de evangelização. A partir de 1595, os jesuítas consciencializaram-se pois de que o caminho de acesso aos estratos superiores da sociedade chinesa passava pela adopção de uma postura de letrados, assim se conformando com a tradição multissecular do Império. Graças a esta mudança fundamental na política de acomodação jesuítica, os missionários procuraram granjear prestígio entre os mandarins como “letrados ocidentais”, oriundos da região a que os *Ch’ing* denominaram *Da xi yang guo*, o “Reino do Oceano Ocidental”). E, a partir de então, o estudo de tudo o que dizia respeito aos mandarins chineses, e sobretudo ao seu processo de formação e selecção, passou a constituir uma área prioritária para os religiosos europeus na China.

A Companhia investiu pois a fundo na aprendizagem, por parte dos missionários, de tudo o que dissesse respeito, não só à língua, mas aos ritos e usos dos chineses, propondo a fundação em Macau de uma universidade com esse objectivo específico. Tendo concordado com o projecto, o Padre António de Quadros, Provincial dos jesuítas em Goa, tomou em 1594 as medidas necessárias para ampliar a Escola de S. Paulo em Macau de modo a convertê-la num estabelecimento de ensino superior com o nome de Colégio de S. Paulo. A fachada deste é, apesar de arruinada, o mais impressionante monumento de Macau.

Segundo o historiador Domingos Maurício, o Colégio de S. Paulo foi a primeira universidade de tipo ocidental no Extremo Oriente, mais antiga que o de S. José, dos jesuítas de Manila, e que o de S. Tomás, dos dominicanos da mesma cidade. Um artigo da autoria de *Huang Qichen*, publicado na excelente Revista do “Instituto Cultural de Macau”, observa que “o Colégio de S. Paulo, que tomou por base o sistema e os regulamentos da Universidade de Coimbra, foi fundado com 283 anos de antecedência relativamente à Universidade de Tóquio e 285 anos antes da Universidade de S. João, de Shanghai, que tem sido impropriamente considerada como a mais antiga universidade de tipo ocidental na China”.

Foi o Colégio de S. Paulo de Macau e a superioridade das rotas marítimas portuguesas que mantiveram Macau na sua posição de porta de entrada na China, gorando as sucessivas tentativas de pôr de pé soluções alternativas. Os jesuítas de Macau nunca duvidaram da importância destes trunfos, servindo-se deles como argumentos para convencerem a Companhia de Jesus a defender em Roma que a evangelização do Extremo Oriente deveria prosseguir no âmbito do Padroado português.

*

Numa fria manhã de Fevereiro de 1997, tive a honra de acompanhar o Presidente da República Jorge Sampaio, então em visita a *Beijing*, na sua visita ao Cemitério dos jesuítas de *Zhala*. Setenta e três das majestosas estelas (uma por cada jesuíta sepultado no Cemitério) erigidas em *Zhala*, estão ainda em condições de revelar o nome e dados biográficos dos que sob elas se encontram sepultados. Pode concluir-se que 24, isto é, cerca de um terço, dizem respeito a jesuítas nascidos em Portugal. Dos 49 restantes, 2

nasceram em Macau, 12 (dos quais 5 com apelidos portugueses) na China, 11 em Itália, 9 em França, 7 na Alemanha, 2 na Áustria, 2 na Bélgica, 1 na Boémia, e 1 na Suíça.

As fontes históricas chinesas raramente mencionam os jesuítas. Efectivamente, embora alguns destes tivessem ocupado posições oficiais eminentes, os padres foram sobretudo conselheiros privados dos imperadores. Estes recebiam-nos discretamente nos seus palácios ou levavam-nos como conselheiros nas suas viagens através do Império. Desinteressados da glória mundana, tendo exclusivamente em mente a eficácia dos seus ensinamentos, os padres aceitavam de boa mente essa situação. O povo, mais ou menos ignorante, podia olhá-los como “bárbaros do Ocidente”, mas o cemitério de *Zhala* revela como os seus serviços foram apreciados.

No dia seguinte àquele em que decorreu a visita ao Cemitério de *Zhala*, a delegação científica portuguesa acompanhou o Ministro português da Ciência numa visita oficial ao seu colega chinês. Este, que uma visita ao Brasil, feita pouco tempo antes, deixara profundamente impressionado, proferiu um pequeno mas inesquecível discurso no qual confessou a sua profunda admiração por Portugal e pelos jesuítas, mencionando entre estes o “grande Tomás Pereira”, até então desconhecido da maioria dos membros da delegação.

Algum tempo depois, já em Lisboa, um amigo²⁷ emprestou-me uma obra sobre Tomás Pereira, escrita pelo jesuíta polaco *Joseph Sebbes*²⁸ e publicada em Roma, pela Companhia de Jesus, em 1961. Fiquei a saber que nasceu em 1646 no Norte de Portugal, fez os seus estudos secundários no Colégio dos Jesuítas (S. Paulo) de Braga, onde havia uma forte tradição musical, e foi em 1661 admitido na Companhia, em Coimbra. Chegando a Goa em 1666, de lá partiu para Macau onde chegou em 1673. Morreu em 1708, em Pequim, com 62 anos, 47 dos quais passados ao serviço da Companhia.

*

Os portugueses e os missionários não-portugueses do Padroado foram os únicos europeus autorizados a visitar a China enquanto reinaram os *Ming*. A dinastia seguinte, os *Ch'ing*, recebeu o “Mandato do Céu” em 1644 e perdeu-o em 1911. Reinou pois quase simultaneamente com a nossa Dinastia de Bragança.

O 2º Imperador *Ch'ing*, nascido em 1654, reinou entre 1661 e 1722 sob o nome de *K'ang-hsi*. O seu longo reinado coincidiu com o período mais interessante da história do Padroado do Oriente. Foi um dos maiores imperadores que alguma vez governou a China: não só o grande militar que a pacificação do Império exigia depois de uma mudança de dinastia, que, na China, era sempre um período de grandes perturbações, mas um infatigável administrador. Elevou ao mandarinato, não exclusivamente os que tinham feito os exames previstos na carreira, mas outros, entre os quais alguns jesuítas,

²⁷ O Embaixador Pedro Madeira de Andrade, que foi Embaixador português em Tokyo.

²⁸ Sebbes, Joseph - “*The Jesuits and the Sino-Russian Treaty of Nerchinsk (1689); the Journal of Thomas Pereira SJ*”, Rome, the Society of Jesus (ed.), 1961.

que não tendo feito esses exames, lhe pareceram ter méritos que o justificavam. Um dos principais interesses de *K'ang-hsi* consistia em absorver a ciência e a tecnologia dos europeus. Mas interessava-se também pelas artes, especialmente pela pintura e pela música. É significativo que Tomás Pereira tenha sido chamado de Macau a *Beijing* como professor de música do então jovem imperador. Assim iniciou toda uma carreira ao seu serviço, nessa e noutras áreas, como a engenharia, a astronomia e a diplomacia.

O próprio eclectismo de *K'ang-hsi* tornar-se porém prejudicial ao Padroado. Tendo concedido em 1692 autorização para a propagação do catolicismo e o direito de residência na Cidade Proibida a missionários franceses, mandando construir uma igreja para eles em Pequim em sinal de gratidão por o terem curado da malária, atraiu também à China missionários de outras ordens, como franciscanos, dominicanos e agostinhos, os quais, não possuindo a formação que os jesuítas recebiam em Macau, não estavam preparados para missionar.

Em contraste com os jesuítas, cuja abertura e flexibilidade lhes tinha permitido compatibilizar com a doutrina católica os ritos tradicionais chineses, como o culto dos antepassados e o de Confúcio, que consideravam de natureza cívica e não religiosa, aceitando inclusivamente desempenhar funções oficiais, nomeadamente as de mandarins, que os obrigavam a neles participarem, os missionários recém-chegados condenaram esses ritos como superstições e levantaram dúvidas sobre a ortodoxia dos jesuítas.

Rebentou assim a chamada “questão dos ritos chineses” que o Papa Clemente XI concluiria em 1692, decidindo contra a Companhia. Os chineses católicos foram nomeadamente proibidos de participarem nesses ritos. Furioso pelo que considerava uma intervenção do Papa na área do seu poder, *K'ang-hsi* ordenou aos jesuítas do Padroado que prendessem o Cardeal Maillard de Tournon, o legado apostólico à China que trouxera consigo o decreto papal, e expulsou em 1706 todos os missionários que não seguissem os princípios que haviam sido defendidos pelos jesuítas. Mas estes, como era de esperar, obedeceram às ordens do Papa.

A Igreja Católica perdeu pois a grande oportunidade de converter a China.

Só em 1939, Pio XII, dando razão aos jesuítas do antigo Padroado português, revogou radicalmente as condenações e proibições à prática dos ritos chineses. Mais concretamente, autorizou os católicos chineses a estarem presentes nas cerimónias em honra de Confúcio nos templos confucianos ou nas escolas, permitiu a presença nas escolas católicas de imagens de Confúcio ou de tabuletas com o nome dele, autorizou os magistrados e os estudantes católicos chineses a assistirem passivamente a cerimónias públicas que antes tinham sido julgadas como supersticiosas, concordou que eram lícitas e inquestionáveis as inclinações de cabeça e outras manifestações civis e tradicionais de respeito para com um falecido ou as suas imagens. Reconheceu que a prática destes ritos era uma maneira dos chineses estimarem os seus parentes e devia portanto ser permitida aos católicos chineses. O confucionismo passou a ser

reconhecido como uma filosofia e uma parte integrante da cultura chinesa, e não como uma religião pagã incompatível com o catolicismo.

*

Entre os mais famosos missionários jesuítas que, no âmbito do Padroado do Oriente, contribuíram para o diálogo euro-chinês, são de mencionar os seguintes quatro:

- O já mencionado *Matteo Ricci* que foi o primeiro a chegar a *Beijing*. As suas contribuições científicas estiveram sobretudo associadas à geometria e à cartografia. Trouxe com ele os mapas europeus mais aperfeiçoados da época, que serviram de base a outros que considerou mais adequados à realidade chinesa, já que apresentavam a China como o centro do Mundo, e converteu ao cristianismo dois mandarins do mais elevado grau, que os jesuítas conheceram sob os nomes de “Doutor Paulo” e “Doutor Miguel”, essenciais para os iniciarem na cultura chinesa e para manterem com os padres o tão desejado diálogo. O “Doutor Paulo” ajudou-o a traduzir para chinês os “Elementos” de Euclides²⁹. Tal como os que lhe sucederam, *Ricci* entendia que só deviam ser escolhidos para a Missão os candidatos com sólidas bases matemáticas e com capacidade para as utilizar nas aplicações. Foi o primeiro jesuíta a ser sepultado, por ordem do Imperador, no cemitério de *Zhala*, o que imediatamente implicou a permanência de jesuítas em Pequim para passarem a prestar-lhe as honras fúnebres que a tradição chinesa impunha.

- *Johann Adam Schall von Bell*, alemão, sucessor de *Ricci* como director da missão jesuíta em *Beijing*, que foi o primeiro jesuíta nomeado mandarim e o primeiro que presidiu ao “Tribunal das Matemáticas”. Tendo o Príncipe *Sohyeon*, herdeiro do trono da Coreia, refugiado em *Beijing*, revelado interesse pelas ciências ocidentais, e visitado *Johann von Bell* que lhe deu livros científicos e outros de carácter religioso, só o súbito falecimento do príncipe ao reentrar na Coreia dissipou as esperanças de se estender a esse importante reino a acção dos jesuítas, já que este convidara *von Bell* para o acompanhar³⁰.

- *Ferdinand Verbiest*, flamengo, grande matemático e astrónomo, que conseguiu convencer a Corte de *K'ang-hsi* de que a astronomia europeia era muito mais aperfeiçoada que a chinesa. Foi pois encarregado de reformar o calendário chinês e de ampliar e reequipar o Observatório de *Beijing*. Foi também Presidente do “Tribunal das Matemáticas”. Frequentemente solicitado por *K'ang-hsi* como seu mestre de geometria, filosofia ou música, serviu-o ainda como diplomata e cartógrafo e escreveu mais de 30 livros. Parece ter projectado e construído, coadjuvado por *Claudio-Filippo Grimaldi*, o primeiro veículo automóvel, accionado por uma turbina a vapor.

- O também já mencionado *Tomás Pereira*, português, em quem *K'ang-hsi* pensou para suceder a *Verbiest* na presidência do “Tribunal das Matemáticas”. Não se achando

²⁹ Ver Engelfriet, Peter M., “*The Genesis of the First Translation of Euclid's Elements in 1607 & its Reception up to 1723*”, Brill 1998.

³⁰ Curiosamente, os coreanos têm lamentado que os portugueses do século XVI tivessem desembarcado em *Tanegashima*, isto é, no Japão, e não na Coreia.

competente para suceder a *Verbiest*, Pereira sugeriu como alternativa que foi aceite, *Grimaldi*³¹, o colaborador de *Verbiest*, perito na construção de instrumentos científicos, entre os quais uma máquina hidráulica que despertou o entusiasmo do Imperador. Porém, como *Grimaldi* teve que passar vários anos (de 1688 a 1694) na Europa, foi Tomás Pereira que juntamente com *Antoine Thomas*, belga e jesuíta como *Verbiest*, o substituíram durante esses anos a título interino. O momento culminante da carreira de Tomás Pereira foi, todavia, a negociação, juntamente com o jesuíta francês *Jean-Baptiste Gerbillon*³², do primeiro tratado internacional entre a China e uma potência estrangeira. O tratado foi o de *Nerchinsk*, firmado com a Rússia em 1689, e incidiu sobre o traçado da longa fronteira sino-siberiana. Segundo o já mencionado biógrafo de Tomás Pereira, *Sebbes*, a intervenção dos jesuítas nestas negociações foi um extraordinário facto histórico: “um pequeno número de europeus, missionários de uma religião apenas tolerada, e frequentemente objecto de perseguição em ambos os países, agiram como intermediários entre os dois grandes impérios”³³. Segundo *Sebbes*, os registos das reuniões entre as duas partes não deixam dúvidas sobre o facto de que era em Tomás Pereira que *K’ang-hsi* depositava a máxima confiança, e que a sua acção, muito mais que a de *Gerbillon*, foi especialmente apreciada pelo Imperador. Reconhecendo o facto de que os interesses chineses tinham sido salvaguardados pelos jesuítas, *K’ang-hsi* publicou, na sequência da negociação do tratado sino-russo, o primeiro édito imperial que garantia tolerância para com os cristãos. O grande *Leibniz*³⁴, seu contemporâneo, refere Tomás Pereira como o mediador decisivo, “toque final” de “afortunados resultados”. Também *Golovine*, principal negociador do lado russo, agradeceu aos jesuítas e prometeu-lhes interceder junto do *Czar Pedro* (o futuro Pedro, o Grande, então na menoridade) e conseguir-lhes melhores condições dentro do Império russo. A protecção dos czares seria essencial para os jesuítas depois da extinção da Ordem por influência de Pombal.

Escreveu Tomás Pereira, no diário relativo às negociações, que o seu papel consistira em garantir que tudo fosse feito de acordo com a “Lei das Nações”, e em dar aos embaixadores chineses o indispensável “conhecimento do Mundo”. Segundo *Sebbes*, “em *Nerchinsk*, os jesuítas não foram pois simples intérpretes, nem os inspiradores da acção política; a sua intervenção foi, sobretudo, um exemplo magistral da contribuição que a Ciência pode dar para a resolução racional dos problemas políticos”³⁵.

Luís Filipe Barreto³⁶, Director do “Centro Científico e Cultural de Macau”(CCCM), invocou o primeiro grande historiador das matemáticas *Jean-Étienne Montucla* (1725-1799) que, na sua *Histoire des Mathématiques* (Paris, 1758) inclui Tomás Pereira entre os “missionários matemáticos, e sobretudo astrónomos”, relevantes para a “história das

³¹ Grimaldi, Claudio Filippo, S.J., era bem conhecido de Tomás Pereira, já que, em 1666, tinham feito juntos a viagem de Lisboa a Goa.

³² Um dos “*mathématiciens royaux*” que Luís XIV enviou à China, violando o Padroado português.

³³ Ver a obra de *Sebbes* atrás mencionada.

³⁴ Leibniz, G.W., no Prefácio à *Novissima Sinica*, 1697-1699.

³⁵ Ver a obra de *Sebbes* atrás mencionada.

³⁶ Barreto, Luís Filipe, no Prefácio da obra *Tomás Pereira, um jesuíta na China de Kangxi*, editada pelo CCCM, Lisboa, Dez. de 2008.

matemáticas entre os chineses”, o que, vindo de um francês do século XVIII, pode considerar-se um grande elogio. Observa ainda o Director do CCCM, a propósito de Tomás Pereira, que “os seus contemporâneos chineses e portugueses, italianos e franceses, russos e belgas, holandeses e alemães o mencionam com frequência, fazendo-lhe elogios ou críticas transmitindo preciosas informações sobre as suas actividades científicas, tecnológicas, diplomáticas, institucionais. Estamos pois frente a uma figura activa e relevante na Corte de Kangxi com impacto nos círculos de poder europeus, tanto dos Estados dinásticos como da Igreja. Tomás Pereira é então uma das figuras interculturais chave nas relações Europa-China: o primeiro europeu a publicar, em chinês, um Tratado de Música Ocidental, e o primeiro ocidental a escrever, neste caso em língua portuguesa, uma obra sobre o Budismo chinês”.

As inscrições que podem ler-se no Cemitério de Zhala registam a comovente homenagem que K’ang-shi prestou a Tomás Pereira (o “Ilustre Xu”, ou “Xu Richeng”, como era chamado), sob a forma de um édito que mandou gravar na respectiva estela:

“Nós lembramos-Nos, em jejum e abstinência, de ti, Xu Risheng, que vieste de longe e aqui trabalhaste por muitos anos. Foste um perito em música e no calendário, e os instrumentos que construístes foram todos oportunos. Nada fizeste senão mostrares-te diligente, e esforçaste-te ao máximo no cumprimento das tuas tarefas. Por natureza íntegro, sem adornos e sem falhas, tu devotaste-te a Nós do princípio ao fim e da manhã à tarde. Como a tua lealdade e sinceridade de coração eram de dia para dia mais reconhecidas, Nós vínhamos há já longo tempo a expressar-te a Nossa estima. Quando ouvimos falar da tua doença, tínhamos ainda a esperança de que pudesses recuperar. Contudo faleceste inesperadamente. Nós ficámos extremamente entristecidos com a notícia. Concedemos-te 200 taéis de prata e dez grandes rolos de seda (para o funeral) como expressão da Nossa simpatia e compaixão por um súbdito que veio de longe. Este é o Nosso decreto”.

*

Depois da morte de Tomás Pereira, e até à extinção das Ordens religiosas em Portugal (1834), a presidência, ou a vice-presidência, do “Tribunal das Matemáticas” foi constantemente atribuída a jesuítas portugueses. Após a extinção da Companhia, e devido a diligências desenvolvidas por Dona Maria I, a presidência passou a caber a missionários portugueses de outras Ordens, nomeadamente os lazaristas. Quanto a Tomás Pereira, o seu nome foi esquecido em Portugal quase até aos nossos dias. Prestou-se assim um grande serviço a outros países europeus cujos missionários não poderiam ter participado no “**Grande Diálogo**” sem as infra-estruturas que o Padroado lhes proporcionou, mas onde se tem tentado reescrever a História sem referência ao Padroado ou aos portugueses que o serviram.

No meio das injustiças, de que temos sido vítimas, e a que se somaram, da parte portuguesa, imperdoáveis desleixos³⁷, é importante a contribuição de *Joseph Sebbes* para que Tomás Pereira seja recordado. Mas, de entre os que não foram jesuítas, nem sequer católicos, é de citar Charles Boxer³⁸ que escreveu: “A saga dos jesuítas portugueses na China aguarda ainda o seu historiador. Essa história merece bem ser contada, apesar do facto dos portugueses terem sido vítimas da ênfase dada pelos escritores estrangeiros aos feitos dos seus colegas franceses e flamengos. Assim, os escritos de Martini, Couplet e Le Comte são recordados, ao passo que os trabalhos pioneiros de Semedo, Gouveia e Magalhães são esquecidos. O mais superficial estudioso da história das relações externas da China está familiarizado com os nomes de Ricci, Schall e Verbiest, mas provavelmente nunca ouviu falar dos não menos influentes Tomás Pereira, José Soares e João Mourão. A falta de contacto com as numerosas, mas dificilmente acessíveis fontes portuguesas, impediu que fosse feita justiça a esses homens admiráveis, da mesma forma que não é geralmente sabido que os jesuítas portugueses em Pequim se correspondiam com a Royal Society de Londres, com a Academia Imperial da Rússia e com a Academia Real de Paris. Se a obra dos jesuítas portugueses na China foi ignorada ou mal relatada, isto deve-se em larga escala à ignorância ou indiferença dos seus próprios compatriotas”.

Relembrem-se os seguintes versos da *Mensagem* de Fernando Pessoa³⁹:

**Porque é do português, pai de amplos mares querer, poder só isto:
O inteiro mar, ou a orla vã desfeita - o todo, ou o seu nada.**

Dir-se-ia que optámos pelo “**nada**”.

AGRADECIMENTO

Agradeço ao eminente Académico Prof. Doutor Henrique Leitão, que na Academia das Ciências de Lisboa (Classe de Ciências, 7ª Secção) dá continuidade à tradição da História da Ciência, as inúmeras conversas sobre os assuntos abordados nesta comunicação e a abundante informação bibliográfica que por ele me foi transmitida.

³⁷ É nomeadamente imperdoável que a sepultura de Tomás Pereira em *Zhala* tivesse sido destruída, juntamente com as de outros grandes missionários, durante as convulsões por que a China passou, sem que as autoridades portuguesas, contrastando com as dos países de origem desses outros missionários, tivessem sequer tentado a sua reconstrução.

³⁸ Boxer, C. - *Fidalgos no Extremo Oriente*, pp. 166-167.

³⁹ Do poema dedicado a D. João, Infante de Portugal, o mais apagado dos da “Ínclita Geração”.